
***OS PROBLEMAS SOCIAIS COMO COMPORTAMENTO
COLETIVO****

Herbert Blumer**

Os sociólogos cometeram um erro ao situar os problemas sociais no âmbito das condições objetivas. Ao contrário, os problemas sociais se constituem no processo de definição coletiva. Esse processo determina se os problemas sociais surgirão, se são legítimos, como é tratado nas discussões, como são abordados na política oficial e como são reconstituídos na aplicação das medidas planejadas. A teoria e o estudo sociológico devem respeitar esse processo.

* Tradução: Nildo Viana.

** Herbert Blumer foi um sociólogo norte-americano, Professor da Universidade de California, Berkeley, representante da escola do interacionismo simbólico e autor de vários livros.

Minha tese é a de que os problemas sociais são fundamentalmente produtos de um processo de definição coletiva, em vez de existir independentemente como um conjunto de ordens sociais objetivas com uma composição intrínseca. Esta tese questiona a premissa básica do estudo sociológico típico dos problemas sociais. A tese, se verdadeira, exigiria uma reorientação drástica da teoria e pesquisa sociológicas no caso de problemas sociais.

Deixe-me começar com uma breve revisão da maneira típica pela qual os sociólogos abordam o estudo e a análise de problemas sociais. Essa abordagem assume que existe um problema social como condição ou ordem objetiva na textura de uma sociedade. A condição ou ordem objetiva é considerada como tendo permanentemente um caráter maligno ou *inerentemente prejudicial*, em contraste com uma sociedade saudável e socialmente normal. No jargão sociológico, é um estado de disfunção, patologia, desorganização ou desvio. A tarefa do sociólogo é identificar o seu aparecimento ou condição de nocividade visando resolvê-lo em seus elementos ou partes essenciais. Essa análise da composição objetiva do

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[171]

problema social geralmente é acompanhada de uma identificação das condições que causam o problema e das propostas de como o problema pode ser gerenciado. Depois de analisar a natureza objetiva do problema social, identificar suas causas e apontar como o problema pode ser manipulado ou resolvido, o sociólogo acredita que cumpriu sua missão científica. O conhecimento e as informações reunidas podem, por um lado, ser adicionados ao estoque do conhecimento acadêmico e, por outro, ser disponibilizados aos formuladores de políticas e ao público em geral.

Essa é a abordagem sociológica típica. Ela parece, à primeira vista, como algo lógico, razoável e justificável. No entanto, na minha opinião, reflete uma grave ignorância da natureza dos problemas sociais e, conseqüentemente, é muito ineficiente na prescrição de seu controle. Para dar uma indicação inicial da fraqueza dessa abordagem, gostaria de indicar brevemente a falsidade ou a natureza não comprovada de várias de suas suposições ou alegações básicas.

Primeiro, a teoria e o conhecimento sociológicos atuais, por si só, não permitem a detecção ou identificação de problemas sociais. Em vez disso, os sociólogos discernem problemas sociais somente depois que são reconhecidos como problemas sociais em uma sociedade. O reconhecimento sociológico segue a trilha do reconhecimento social, modificando de acordo com os ventos da identificação pública de problemas sociais. As ilustrações são muitas, cito apenas algumas dos últimos tempos. A pobreza é um problema social visível aos sociólogos há meio século, para desaparecer praticamente da cena sociológica apenas na década de 1940 e no início da década de 1950 e depois reaparecer em nossos dias atuais. A injustiça e a exploração racial em nossa sociedade foram muito maiores nas décadas de 1920 e 1930 do que hoje, mas a preocupação sociológica que evocou foi pequena até a cadeia de eventos após a decisão do Supremo Tribunal de integração das escolas e os distúrbios de Watts. A poluição ambiental e a destruição ecológica são problemas sociais de percepção tardia por parte dos sociólogos, embora sua presença e manifestação datam de

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[173]

muitas décadas atrás. O problema da desigualdade no status das mulheres, que emerge tão vigorosamente em nosso cenário atual, era uma preocupação sociológica periférica há alguns anos atrás. Sem recorrer a outras ilustrações, apenas afirmo que, ao identificar problemas sociais, os sociólogos seguiram consistentemente a sugestão do que passa a estar no foco da preocupação pública. E, ainda mais compatível com essa conclusão, está a indiferença dos sociólogos e do público, igualmente, a muitos aspectos questionáveis e prejudiciais da vida moderna. Dimensões tão prejudiciais podem ser ocasionais, mas, apesar da seriedade, elas recebem o status de problemas sociais pelos sociólogos. Dimensões tão prejudiciais podem ser ocasionais, mas, apesar da seriedade, elas recebem o status de problemas sociais pelos sociólogos. Alguns exemplos que vêm à mente são: a vasta superorganização que está se desenvolvendo na sociedade moderna, o incremento imerecido nos valores da terra que Henry George fez campanha contra a três quartos de século atrás, os efeitos sociais prejudiciais de nosso sistema nacional de rodovias, as consequências sociais perniciosas da ideologia do

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[174]

“crescimento”, o lado desagradável dos códigos comerciais estabelecidos; e devo acrescentar, na Califórnia, meu estado, um plano estadual de água com consequências sociais ocultas de caráter repulsivo. Penso que o registro empírico é claro que a designação de problemas sociais pelos sociólogos é derivada da designação pública de problemas sociais. Acredito que a evidência empírica esclarece que a denominação de problemas sociais pelos sociólogos deriva da denominação pública de problemas sociais.

Permitam-me acrescentar que, contrariamente às reivindicações dos sociólogos, a teoria sociológica, por si só, tem sido visivelmente impotente para detectar ou identificar problemas sociais. Isso pode ser visto no caso dos três conceitos sociológicos de maior prestígio atualmente para explicar o surgimento de problemas sociais, a saber, os conceitos de “desvio”, “disfunção” e “tensão estrutural”. Esses conceitos são inúteis como forma de identificar problemas sociais. Por um lado, nenhum deles possui um conjunto de parâmetros de referência que permitam ao acadêmico identificar no

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[175]

mundo empírico os chamados casos de desvio, disfunção ou tensão estrutural. Na falta de identificação clara de tais características, o acadêmico não pode assumir todas as condições ou arranjos sociais da sociedade e estabelecer que é ou não um caso de desvio, disfunção ou tensão estrutural. Mas essa deficiência, por mais grave que seja, é de menor importância no assunto que estou considerando. De significado muito maior é a incapacidade do estudioso de explicar por que alguns dos casos de desvio, disfunção ou tensão estrutural observados por ele não alcançam o status de problemas sociais, enquanto outros casos atingem esse status. Existem todos os tipos de desvio que não são reconhecidos como problemas sociais; nunca nos dizem como ou quando o desvio se torna um problema social. Da mesma forma, existem muitas supostas disfunções ou tensões estruturais que nunca passam a ser vistas como problemas sociais; não nos dizem como e quando as chamadas disfunções ou tensões estruturais se tornam problemas sociais. Obviamente, desvio, disfunção e tensão estrutural de um lado e problemas sociais do outro lado não são equivalentes. Na ausência de tal identificação

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[176]

das características claras, o estudioso não pode assumir todas as disposições e condições sociais da sociedade e demonstrar que é ou não um caso de desvio, disfunção ou tensão estrutural. Mas essa deficiência, por mais grave que seja, é de menor importância no assunto que estou considerando. De maior importância é a incapacidade do cientista de explicar por que alguns dos casos de desvio, disfunção ou tensão estrutural, observados por ele, não atingem o *status* de problemas sociais, enquanto outros casos atingem esse *status*. Há todo um tipo de desvio que não gera o reconhecimento de problema social; nunca nos dizem como ou quando o desvio se torna um problema social. Similarmente, existem muitas supostas disfunções ou tensões estruturais que nunca passam a ser vistas como problemas sociais; não nos dizem como e quando as chamadas disfunções ou tensões estruturais se tornam problemas sociais. Obviamente, desvio, disfunção e tensão estrutural, de um lado, e problemas sociais, de outro, não são equivalentes.

Se a teoria sociológica convencional é tão decisivamente incapaz de detectar problemas sociais e se os

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[177]

sociólogos fazem essa detecção seguindo e usando o reconhecimento público de problemas sociais, parece lógico que os estudiosos dos problemas sociais devam estudar o processo pelo qual uma sociedade reconhece seus problemas sociais. Os sociólogos claramente falharam nisso.

Uma segunda *deficiência* da abordagem sociológica convencional é a suposição de que um problema social existe basicamente na forma de uma condição objetiva identificável em uma sociedade. Os sociólogos tratam um problema social como se este consistisse em uma série de itens objetivos, como taxas de incidência, o tipo de pessoas envolvidas no problema, seu número, seu tipo, suas características sociais e a relação de sua condição com vários fatores sociais selecionados. Supõe-se que a redução de um problema social a tais elementos objetivos consegue captar o problema em seu caráter central e constitua uma análise científica. Em minha opinião, essa suposição está errada. Como mostrarei posteriormente, um problema social existe principalmente em termos de como é definido e concebido em uma

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[178]

sociedade, em vez de ser uma condição objetiva com uma constituição objetiva e definitiva. É a definição societal, e não a constituição objetiva de uma determinada condição social, que determina se a condição existente é um problema social. A definição societal dá ao problema social sua natureza, define como ele deve ser abordado e molda o que é feito a respeito. Paralelamente a essas influências decisivas, a chamada existência objetiva ou constituição do problema social é de fato muito secundária. Um sociólogo pode observar o que ele acredita ser uma doença maligna em uma sociedade, mas a sociedade pode ignorar completamente sua presença; nesse caso, esse estado não existirá como um problema social para essa sociedade, independentemente de sua declaração ser objetiva. Ou, ainda, a análise objetiva feita por um sociólogo de um problema social reconhecido socialmente pode diferir muito de como esse problema é visto e abordado na sociedade. A análise objetiva realizada por ele pode não ter influência sobre o que é feito com o problema e, portanto, não tem relação realista com o problema. Essas observações sugerem uma clara necessidade de estudar o

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[179]

processo pelo qual uma sociedade passa a ver, definir e gerenciar seus problemas sociais. Os estudiosos de problemas sociais notoriamente ignoram esse processo, e ele dificilmente entra na teoria sociológica.

Há uma terceira hipótese muito questionável, baseada na orientação típica dos sociólogos no estudo de problemas sociais. É com os resultados de seu estudo sobre a composição objetiva de um problema social que eles fornecem à sociedade meios sólidos e eficazes para o tratamento corretivo desse problema. Tudo o que a sociedade deve fazer, ou deveria fazer, é encaminhar os resultados e respeitar as linhas de tratamento para o ponto de resolução. Este pressuposto é, em grande parte, sem sentido. A forma como a sociedade age no caso de seus problemas sociais é ignorada ou deturpada. Um problema social é sempre um ponto focal para a operação e para conflitos de interesses, intenções e objetivos divergentes. É a interação desses interesses e objetivos que constitui a forma pela qual uma sociedade trata um de seus problemas sociais. O relato sociológico da composição objetiva do problema está agora fora dessa interação.

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[180]

Efetivamente, pode ser insignificante para ele. O estudo que parte do processo real pelo qual uma sociedade age em relação ao seu problema social é uma das principais explicações da ineficácia dos estudos sociológicos dos problemas sociais.

As três deficiências centrais que mencionei são apenas um esboço de uma crítica completa necessária ao tratamento sociológico típico dos problemas sociais. Mas elas servem como uma pista e, portanto, como uma introdução ao desenvolvimento de minha tese de que os problemas sociais estão e são produtos de um processo de definição coletiva. O processo de definição coletiva é responsável pela emergência de problemas sociais, pelo modo como são vistos, pelo modo como são abordados e considerados, pelo tipo de plano oficial de reparação apresentado e pela transformação do plano corretivo em sua aplicação. Em resumo, o processo de definição coletiva determina a carreira e o destino dos problemas sociais, desde o ponto inicial de sua aparição até o que pode ser o ponto final de seu trajeto. A sua existência reside fundamentalmente nesse processo de definição coletiva, ao

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[181]

invés do que em alguma alegada área objetiva de malignidade social. O fracasso em reconhecer e respeitar esse fato constitui, em minha opinião, a fraqueza fundamental no estudo sociológico dos problemas sociais e no conhecimento sociológico dos problemas sociais. Permitam-me continuar desenvolvendo minha tese.

Exige-se, para apresentar a emergência, a carreira e o destino dos problemas sociais em um processo de definição coletiva, uma análise do seu trajeto. Acho que esse processo passa por cinco estágios. Devo assinalar os seguintes: 1) o surgimento de um problema social; 2) a legitimação do problema; 3) a mobilização em relação ao problema; 4) a formação de um plano de ação oficial; e 5) a transformação do plano oficial em sua implementação empírica. Proponho discutir brevemente cada uma dessas cinco etapas.

A Emergência dos Problemas Sociais

Os problemas sociais não são o resultado de um mau funcionamento intrínseco de uma sociedade, mas o resultado de um processo de definição em que uma

determinada situação é escolhida e identificada como um problema social. Um problema social não existe para uma sociedade, a menos que seja reconhecido por essa sociedade. Por não estar ciente de um problema social, a sociedade não o percebe, não aborda, discute ou faz nada a respeito. O problema simplesmente não está lá. É necessário, conseqüentemente, considerar a questão de como surgem os problemas sociais. Apesar de sua importância crucial, essa questão foi essencialmente ignorada pelos sociólogos.

É um grande erro supor que qualquer tipo de situação ou arranjo social maligno ou prejudicial em uma sociedade se torne automaticamente um problema social para essa sociedade. As páginas da história estão repletas de exemplos de terríveis situações sociais despercebidas e negligenciadas nas sociedades em que ocorreram. Observadores inteligentes, usando os critérios de uma sociedade, podem perceber situações prejudiciais em outra sociedade que simplesmente não aparecem como problemas para os membros dessa sociedade. Além disso, indivíduos com percepção aguçada de sua própria

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[183]

sociedade ou que, como resultado de uma experiência angustiante, consideram determinadas situações sociais em sua sociedade como prejudiciais, podem ser impotentes para despertar qualquer preocupação com essas situações. Além disso, determinadas situações sociais podem ser ignoradas numa época e, sem mudanças na sua composição, tornam-se assuntos de grande preocupação em outro momento. Todos esses tipos de casos são tão repetitivamente assustadores que não exigem documentação. A observação e a reflexão mais casuais mostram claramente que o reconhecimento por uma sociedade de seus problemas sociais é um processo altamente seletivo, com muitas situações e arranjos sociais prejudiciais que nem sequer geram um ensaio de atenção e outros, que são frequentemente uma luta feroz e competitiva, caem no esquecimento. Muitos pressionam pelo reconhecimento da sociedade, mas apenas alguns conseguem chegar ao final do funil.

Eu pensaria que os estudiosos de problemas sociais deveriam, quase automaticamente, estudar a necessidade desse processo pelo qual determinadas

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[184]

situações ou arranjos sociais passam a ser reconhecidos como problemas sociais. Mas, de modo geral, os sociólogos se desviam ou não veem a necessidade disso. As banalidades sociológicas não nos dizem praticamente nada sobre como uma sociedade seleciona os seus problemas sociais e como ela realiza tal escolha, pois, tal como a percepção de problemas sociais, elas dependem de ideologias ou crenças tradicionais. Nós temos escassos estudos e, lamentavelmente, conhecido limitado, sobre assuntos relevantes, tais como: o papel da agitação no reconhecimento de um problema; o papel da violência em obter esse reconhecimento; o jogo de grupos de interesse que procuram impedir o reconhecimento de um problema; o papel de outros grupos de interesse que preveem ganhos materiais elevando uma determinada situação a um problema (como no caso da polícia com “o problema atual dos crimes das drogas”); o papel de figuras políticas em fomentar a preocupação com certos problemas e em abafar a preocupação com outras situações; o papel de organizações e corporações poderosas que fazem a mesma coisa; a impotência de grupos incapazes em chamar a

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[185]

atenção para o que eles acreditam ser problemas; o papel do *mass media* na seleção de problemas sociais; e a influência de acontecimentos adventícios que chocam as sensibilidades do público. Temos aqui um vasto campo que chama a atenção e que precisa ser estudado para entender a questão simples, mas básica, de como surgem os problemas sociais. E repito que, se não emergem, nem começam a existir.

A legitimação dos problemas sociais

O reconhecimento social dá origem a um problema social. Mas se o problema social quer seguir seu curso e não morrer abortado, ele precisa adquirir legitimidade social. Pode parecer estranho falar sobre os problemas sociais que precisam ser legitimados. No entanto, depois de obter reconhecimento inicial, um problema social deve adquirir apoio social para ser levado a sério e seguir em frente em sua carreira. Ele deve adquirir um grau necessário de respeitabilidade que o permita ser considerado nas áreas reconhecidas da discussão pública. Em nossa sociedade, essas arenas são a imprensa, outros meios de comunicação,

a igreja, a escola, as organizações cívicas, as câmaras legislativas e os locais de reunião do governo. Se um problema social não possui a credencial de respeitabilidade necessária para entrar nessas arenas, está condenado. Não se deve pensar que uma determinada situação ou arranjo social, só porque é reconhecido como grave por algumas pessoas em uma sociedade – por pessoas que realmente atraem a atenção pela agitação – que isso significa que o problema entrará na arena da consideração pública. Pelo contrário, o problema reivindicado pode ser considerado insignificante, não digno de consideração, como na ordem aceita das coisas e, portanto, não deve ser alterado, aparecendo como desagradável aos códigos de propriedade ou como meros gritos de elementos questionáveis ou subversivos da sociedade. Qualquer uma dessas situações pode impedir que um problema reconhecido obtenha legitimidade. Se o problema social não obtém legitimidade, tropeça e define fora da arena da ação pública.

Quero enfatizar que, entre a ampla variedade de condições ou arranjos sociais que são reconhecidos como prejudiciais por diferentes grupos de pessoas, há

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[187]

relativamente poucos que alcançam legitimidade. Aqui, novamente, somos confrontados com um processo seletivo no qual, por assim dizer, muitos problemas sociais emergentes são sufocados, outros são ignorados, outros são evitados, outros precisam lutar para alcançar um status respeitável, e outros são levados à legitimidade por um apoio forte e influente. Sabemos muito pouco desse processo seletivo pelo qual os problemas sociais precisam passar para alcançar o estágio de legitimidade. Certamente, essa passagem não se deve apenas à gravidade intrínseca do problema social. Também não se deve apenas ao estado anterior de interesse ou conhecimento público; nem às ideologias conhecidas do público. O processo seletivo é muito mais complicado do que o sugerido por essas ideias simples e comuns. Obviamente, muitos dos fatores que atuam para afetar o reconhecimento de problemas sociais continuam a desempenhar um papel na legitimação de problemas sociais. Mas parece evidente que existem outros fatores que contribuem e através dos quais a qualidade ilusória de respeitabilidade social passa a ser atribuída aos problemas sociais. Nós simplesmente não temos muito

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[188]

conhecimento sobre esse processo, uma vez que é pouco estudado. Certamente é uma questão fundamental que deveria envolver a preocupação dos estudiosos dos problemas sociais.

A Mobilização

Se um problema social consegue passar pelos estágios de reconhecimento social e de legitimação social, entra em um novo estágio em sua carreira. O problema agora se torna objeto de discussão, de controvérsia, de diferentes representações e de diversas reivindicações. Aqueles que buscam mudanças na área do problema colidem com aqueles que se esforçam para proteger os interesses adquiridos na área. Reivindicações exageradas e representações distorcidas, preservando interesses adquiridos, tornam-se comuns. Pessoas de fora, menos envolvidas, trazem seus sentimentos e imagens para o enquadramento do problema. Discussões, advocacia, avaliação, falsificação, táticas diversificadas e avanço de propostas ocorrem nos meios de comunicação, em reuniões casuais, reuniões organizadas, câmaras legislativas e

audições de comitês. Tudo isso constitui uma mobilização da sociedade para a ação sobre o problema social. Parece pouco necessário apontar que o destino do problema social depende muito do que acontece nesse processo de mobilização. Como o problema passa a ser definido, como ele se inclina em resposta ao sentimento despertado, como é representado para proteger interesses pessoais e como reflete o jogo da posição estratégica e do poder - todas são perguntas apropriadas que sugerem a importância do processo de mobilização para a ação.

Mais uma vez, tanto quanto posso ver, os estudiosos dos problemas sociais ignoram a preocupação e a consideração com essa etapa do processo de definição coletiva. Nosso melhor conhecimento dessa etapa veio de estudiosos da opinião pública. No entanto, sua contribuição é fragmentária e lamentavelmente inadequada, principalmente devido à falta de análise empírica detalhada do processo. Os estudiosos do processo de opinião pública nos dizem pouco sobre como determinados problemas sociais sobrevivem em seus confrontos e como são redefinidos para alcançar tal sobrevivência. Da mesma

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[190]

forma, eles nos dizem quase nada sobre como outros problemas sociais definham, perecem ou simplesmente desaparecem nesta fase. Me parece extraordinariamente míope os estudiosos dos problemas sociais ignorar esse estágio crucial do destino dos problemas sociais.

Formação de um plano de ação oficial

Esta etapa da carreira de problemas sociais representa a decisão de uma sociedade sobre como ela atuará em relação ao problema em questão. Consiste na elaboração de um plano de ação oficial, como ocorre em comitês legislativos, câmaras legislativas e conselhos executivos. O plano oficial é quase sempre um produto de barganha, no qual diversas visões e interesses são acomodados. Compromissos, concessões, trocas, deferência à influência, resposta ao poder e julgamentos do que pode ser viável - todos desempenham um papel na formulação final. Esse é um processo de definição e redefinição de uma forma concentrada – a formação, a reformulação e a remodelação de uma imagem coletiva do problema social, de modo que o que emerge possa estar

muito distante de como o problema foi visto no estágio anterior de sua carreira. O plano oficial promulgado constitui, por si só, a definição oficial do problema; representa como a sociedade, por meio de seu aparato oficial, percebe o problema e pretende agir em relação a ele. Essas observações são comuns. No entanto, eles apontam para a operação de um processo definidor que tem um significado revelador para o destino do problema. Certamente, o estudo eficaz e relevante dos problemas sociais deve abranger o que acontece com o problema no processo de concordar com a ação oficial.

Implementação do plano oficial

Presumir que um plano oficial e sua implementação na prática são a mesma coisa é fugir dos fatos. Invariavelmente, em algum grau, frequentemente em grande parte, o plano, posto em prática, é modificado, distorcido e remodelado, e assume acréscimos imprevistos. Isto é esperado. A implementação do plano inaugura um novo processo de definição coletiva. Ele prepara o terreno para a formação de novas linhas de ação por parte dos

envolvidos no problema social e dos que são tocados pelo plano. As pessoas que correm o risco de perder vantagens se esforçam para restringir o plano ou inclinar sua operação para novas direções. Aqueles que se beneficiam do plano podem procurar explorar novas oportunidades. Ou ambos os grupos podem elaborar novos arranjos acomodatórios imprevistos no plano. A administração e o pessoal operacional tendem a substituir suas políticas pela política oficial subjacente ao plano. Frequentemente, vários tipos de ajustes subterrâneos são desenvolvidos, que deixam áreas centrais intactas do problema social ou transformam outras áreas de maneiras que nunca foram oficialmente planejadas. O tipo de acomodações, bloqueios, acréscimos imprevistos e transformações não intencionais do qual estou falando pode ser visto abundantemente no caso de muitas tentativas anteriores de colocar em prática os planos oficiais. Tais consequências foram evidentes na implementação da emenda de proibição. Eles são notórios no caso das agências reguladoras em nosso país. Eles devem ser vistos no caso da maioria dos novos programas de aplicação da lei projetados para combater o problema do crime. Quase não

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[193]

conheço nenhuma faceta da área geral de problemas sociais que seja mais importante, menos compreendida e menos estudada do que a reestruturação imprevista e não intencional da área de um problema social decorrente da implementação de um plano oficial de tratamento. Não consigo entender por que os estudiosos dos problemas sociais, tanto em seus estudos quanto na formulação da teoria, podem se dar ao luxo de ignorar esse passo crucial na vida dos problemas sociais.

Espero que minha discussão sobre os cinco estágios discerníveis de toda a carreira de problemas sociais suscite a necessidade de desenvolver uma nova perspectiva e abordagem no estudo sociológico dos problemas sociais. Parece-me ser indubitavelmente necessário colocar os problemas sociais no contexto de um processo de definição coletiva. É esse processo que determina se os problemas sociais são reconhecidos como existindo, se eles se qualificam para consideração, como devem ser considerados, o que deve ser feito sobre eles e como são reconstituídos nos esforços empreendidos para controlá-los. Os problemas sociais têm sua existência, sua carreira e

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[194]

seu destino decididos nesse processo. Ignorar esse processo pode produzir apenas conhecimento fragmentário e uma imagem fictícia dos problemas sociais.

Minha discussão não deve ser interpretada como negando valor à maneira convencional pela qual os sociólogos abordam o tópico dos problemas sociais. O conhecimento da composição objetiva dos problemas sociais (que é o objetivo deles) deve ser buscado como um corretivo para a ignorância ou desinformação sobre essa composição objetiva. No entanto, esse conhecimento é grosseiramente inadequado no que diz respeito ao tratamento de problemas sociais ou ao desenvolvimento da teoria sociológica. No manejo de problemas sociais, o conhecimento da composição objetiva da área de problemas sociais é importante apenas na medida em que o conhecimento entra no processo de definição coletiva que determina o destino dos problemas sociais. Nesse processo, o conhecimento pode ser ignorado, distorcido ou sufocado por outras considerações. Para mim, é autoevidente que os sociólogos que desejam que seus estudos sobre problemas sociais tragam situações melhores tenham estudado e

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[195]

compreendido melhor o processo de definição coletiva através do qual as mudanças são feitas. Do lado da teoria sociológica, o conhecimento da composição objetiva dos problemas sociais é essencialmente inútil. É inútil porque, como procurei mostrar, os problemas sociais não estão nas áreas objetivas para as quais apontam, mas no processo de serem vistos e definidos na sociedade. Toda a evidência empírica que posso encontrar aponta indubitavelmente para esta conclusão. Eu gostaria de receber qualquer evidência em contrário. Os sociólogos que procuram desenvolver a teoria dos problemas sociais com a premissa de que os problemas sociais estão alojados em algum tipo de estrutura social objetiva estão realizando uma má interpretação do seu próprio mundo. Atribuir problemas sociais a pressões estruturais presumidas, perturbações no equilíbrio do sistema social, disfunções, quebra de normas sociais, choque de valores sociais ou desvio da conformidade social é transferir inconscientemente para uma estrutura social suposta o que pertence ao processo de definição coletiva. Como disse anteriormente, nenhum desses conceitos é capaz de explicar por que algumas das instâncias empíricas

Movimentos Sociais. Vol. 04, num. 07, jul./dez. 2019.
[196]

cobertas pelo conceito se tornam problemas sociais e outras não. Essa explicação deve ser buscada no processo de definição coletiva. Se a teoria sociológica deve se basear no conhecimento do mundo empírico dos problemas sociais, ela deve atender e respeitar a natureza desse mundo empírico.